

A crítica de Alasdair MacIntyre ao utilitarismo

Vitor Luiz Viana Figueiredo ¹

Resumo: Esse texto tem por objetivo apresentar as críticas de Alasdair MacIntyre ao utilitarismo. Para tanto, será dividido em três seções. Na primeira parte, apresentaremos a filosofia de Kant, uma vez que é em resposta a ela que tanto o projeto ético do utilitarismo como a filosofia moral de Alasdair MacIntyre são formulados. É, pois, ao analisar as respostas de cada teoria à ética kantiana que nos será permitido compreender a diferença estrutural da filosofia macintyriana em relação à filosofia utilitarista. A partir dessa análise situaremos, em seguida, as críticas de MacIntyre ao utilitarismo.

Palavras-chave: MacIntyre, Utilitarismo, Kant, Avaliação, Crítica.

Abstract: This text aims to present Alasdair MacIntyre's reviews of utilitarian ethics. For that, it takes Kant's philosophy as a starting point as a common opponent of both theories. It is, therefore, in analyzing the responses of each theory to Kantian ethics that we will be allowed to understand the structural difference of macintyrian philosophy in relation to utilitarian philosophy. Based on this analysis, we will then situate MacIntyre's reviews of utilitarian theory.

Keywords: MacIntyre, Utilitarianism, Kant, Analyzing, Review.

INTRODUÇÃO

Alasdair MacIntyre, ao longo de toda sua trajetória intelectual, posicionou-se como um grande crítico da filosofia utilitarista. No entanto, essas críticas não foram bem recebidas por muitos, sob alegação de simplificação. Nesse texto, veremos que uma das razões dessa rejeição à leitura de MacIntyre sobre o utilitarismo decorre da má compreensão do projeto filosófico do autor. É preciso, portanto, explicitar como as críticas macintyrianas ao utilitarismo necessitam ser situadas dentro do sistema filosófico do autor para alcançarem significado.

Para tanto, nosso texto se dividirá em três momentos. Primeiro, identificaremos um adversário comum em cuja resposta empenha-se tanto o utilitarismo como a filosofia de MacIntyre. É, pois, em reação à filosofia moral kantiana que ambas as teorias se edificam. Em seguida, analisaremos como o utilitarismo propõe solucionar as dificuldades teóricas levantadas por Kant. Depois, falaremos sobre a crítica macintyriana à filosofia kantiana e sua diferença estrutural em relação à resposta do utilitarismo. Apresentaremos, então, a crítica propriamente dita de MacIntyre ao utilitarismo. Nessa altura, estaremos aptos a compreender melhor o alcance e a extensão das ponderações do filósofo à teoria utilitarista, uma vez que esclarecemos o contexto de sentido de suas observações.

1 Mestrando em filosofia pela FAJE. Contato: vitorluizvf@hotmail.com

1 A TEORIA MORAL KANTIANA COMO ADVERSÁRIO COMUM

Nessa primeira seção temos por objetivo apresentar a filosofia moral kantiana como adversário em comum da teoria utilitarista e do projeto filosófico de MacIntyre. Para tanto, é necessário caracterizar os principais elementos teóricos da ética kantiana. Por meio dessa exposição, poderemos compreender como o utilitarismo, bem como MacIntyre, propõem distintas respostas à maneira de Kant conceber a moralidade. Veremos como ambas teorias partem do mesmo descontentamento com o formalismo da ética kantiana para a construção de seus sistemas. Entretanto, cada uma edificará um sistema teórico bem diverso da outra, e é esse contraste que nos interessará.

Antes, porém, de iniciar nossa exposição, é importante fazer uma consideração de natureza metodológica. Poderíamos ser objetados que propor compreender o contraste entre duas teorias éticas com base em uma terceira não parece ser um bom procedimento metodológico. Afinal, poderiam ocorrer distorções na compreensão das duas teorias analisadas se a terceira não oferecesse um bom parâmetro de avaliação. Esse, porém, não é nosso caso. Não estamos propondo, aqui, compreender a proposta do utilitarismo e de MacIntyre *a partir* da filosofia kantiana. Estamos, em sentido diverso, assumindo a filosofia kantiana como *ponto de partida* para suas reflexões críticas. Assim, poderemos estabelecer um ponto inicial comum, pelo qual é possível enxergar melhor a diferença na construção dos dois sistemas teóricos.

Dito isso, passemos à exposição da filosofia moral kantiana. Todo o projeto ético de Kant pode ser compreendido como uma laboriosa tarefa de determinação do princípio supremo da moralidade. Esse princípio é o que permite avaliar uma ação como correta, incorreta e obrigatória. Logo, determina-lo é tarefa imperativa para a construção de um sistema ético. Segundo Kant, esse princípio já se encontra implícito no uso corrente da razão prática. Ele precisa, então, ser explicitado. Para tanto, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o filósofo parte da constatação de que o homem, como ser racional, é possuidor de uma vontade. Distintamente dos outros seres, o ser humano não é determinado por completo pelas leis da natureza. Em virtude de sua capacidade racional, o homem é livre², isto é, não é condicionado pelos instintos, mas é capaz de portar-se segundo os ditames da razão.

Entretanto, o homem não é apenas um ser racional. Ele também é um ser de sensibilidade. Por isso, a vontade do homem não é perfeita, quer dizer, determinada somente pela razão. De fato, a vontade humana também está sujeita a condições subjetivas, como à sensibilidade e às inclinações. Há, dessa forma, um conflito entre a sensibilidade e a razão na determinação da vontade do homem. Ora, para Kant, agir em virtude das inclinações não constitui uma ação moral. As ações realizadas por motivos próprios da sensibilidade não podem ser consideradas morais, mesmo que o efeito resultante delas seja positivo. Para que um ato receba a

2 É preciso já fazer notar que a noção de liberdade, para Kant, encontra-se em conflito com a ideia de uma natureza humana. Se o homem fosse apenas ser natural, não faria sentido falar de liberdade, porque ele já estaria completamente condicionado às inclinações sensíveis. Livre é somente o ser racional, capaz de resistir aos impulsos naturais.

qualificação moral é necessário que ele seja movido pela razão. Somente o ato determinado racionalmente enfeixa-se no campo da moral.

Mas, é preciso dizer, nem toda ação ditada pela razão pode pertencer ao campo da moral. Um ato realizado por auto interesse, por benéfico que seja, não é moral. Apenas as ações cujo o único móvel do agente é o dever, qual seja, o respeito pela lei moral, qualifica-se sob signo da moralidade. Logo, a apreciação valorativa do ato dependerá, em última instância, da conformidade da máxima da ação, ou princípio subjetivo do querer, com a lei moral, princípio objetivo universalmente válido para todos os seres racionais. A ação moralmente correta é aquela em que essa correspondência se verifica, na qual a máxima que a alma possa valer como uma lei universal. Por seu turno, a ação moralmente incorreta é aquela na qual não se pode desejar que a máxima que a determina seja erigida em lei. Assim, a determinação moral, na filosofia kantiana, restringe-se às intenções.

A lei moral, portanto, apresenta-se à vontade do homem, que como vimos não é uma vontade perfeita, como mandamentos. Cabe à razão coagir a vontade a cumpri-los. Logo, as leis morais são imperativos impostos pela razão à nossa conduta. Esses imperativos, por apresentarem uma necessidade incondicionada para seu cumprimento, são qualificados como categóricos. O imperativo categórico, como a necessidade de cumprir uma ação tão somente pelo dever moral, é, assim, o princípio supremo da moralidade para Kant.

Pelo exposto, é evidente o rigorismo da filosofia moral kantiana. Kant, ao instituir o imperativo categórico como princípio supremo da moralidade, destitui do campo da moral todo um espectro de ações, que vão desde o ato passional até o ato deliberado auto-interessado. Com isso, o campo da ética se torna demasiado estreito, escapando à avaliação um feixe importante de atos. Além disso, assumir o imperativo categórico como guia das ações morais impõe um formalismo que, ao fim, compromete severamente sua funcionalidade prática. É, pois, essas inconsistências da filosofia moral kantiana que darão o ponto de partida para o desenvolvimento do utilitarismo e da proposta de MacIntyre.

2 O PROJETO DO UTILITARISMO

Uma vez compreendido o formalismo ético kantiano, podemos passar ao seu exame crítico a partir da visão dos filósofos do Utilitarismo. Nossa tese, nessa seção, consiste em apresentar como a proposta da filosofia utilitarista pode ser compreendida, em grande parte, como resposta a uma série de inconvenientes deixados pela ética de Kant. É claro, o Utilitarismo não se reduz a isso. Entretanto, essa confrontação, além de revelar inúmeros traços fundamentais do pensamento utilitarista, será muito proveitosa quando compararmos a diferença da leitura do Utilitarismo e de MacIntyre sobre a filosofia kantiana.

Como acima já adiantamos, a filosofia moral de Kant apresenta uma série de problemas resultantes de seu excessivo formalismo. Tais problemas são de ordem tanto teórica como prática. Começaremos por explicitar as dificuldades teóricas, visto que elas nos darão a chave para a compreensão das dificuldades práticas da filosofia moral kantiana. Os problemas

teóricos da ética de Kant podem ser resumidos na exigência demasiado formal de avaliação da moralidade. Ora, vimos que Kant parte do pressuposto de que o homem é um ser racional e, portanto, é possuidor de uma vontade. Porém, como o homem também é um ser de sensibilidade, sua vontade não é completamente determinada pela razão. É necessário, então, que a razão coaja a vontade a cumprir seus mandados. Logo, o que se percebe claramente na filosofia kantiana é uma espécie de contraposição entre natureza humana e moralidade. O homem só age moralmente enquanto ele vai contra a sensibilidade, guiando-se pela razão. O princípio de avaliação moral, portanto, fica relegado ao âmbito da racionalidade. Como consequência, o campo da moralidade sofre um estreitamento, já que é destituído da avaliação moral todo um espectro de ações, que vão desde o ato passional até o ato deliberado em vistas de um interesse egoísta.

Essa dificuldade teórica da ética kantiana terá uma influência decisiva no campo prático da moralidade. Ora, ao aduzir um princípio totalmente *a priori* para a moralidade, a saber, o imperativo categórico, destituímos do campo da moral toda referência contextual, imprescindível para a determinação da ação moral. Assim, temos, por um lado, uma exigência universal da lei moral, válida independente de qualquer contexto. Por outro lado, justamente em virtude desse caráter universal e obrigatório da legislação moral, surgem diversas situações problemáticas, aporéticas, nas quais as exigências da moral vão contra toda prudência e juízo acertado.

Os pensadores utilitaristas perceberam com precisão esse problema da filosofia kantiana. John Stuart Mill é, sem dúvida, quem notou com mais acerto essa dificuldade. Em *Utilitarismo*, Mill procura estabelecer um novo princípio supremo para a moralidade, pelo qual é possível avaliar o valor moral de uma ação sem, no entanto, restringir-se ao domínio do puramente especulativo. De fato, o princípio da maior felicidade, associado à teoria da obrigação consequencialista, nos fornece um parâmetro extremamente coerente para apreciação moral de um ato. O princípio da maior felicidade nos diz que as ações estão corretas na medida em que tendem a produzir a felicidade, e incorretas na medida em que não a produzem. Por felicidade compreende-se a presença de prazer e a ausência de dor³. Ao associar esse princípio com a teoria da obrigação consequencialista, temos como resultado o surgimento de um forte princípio de avaliação da moralidade, totalmente engajado com o contexto de ação.

A teoria utilitarista, portanto, recupera o horizonte prático da moralidade. Restitui-se toda aquela gama de ações que foram escamoteadas para fora do campo da ética pela filosofia de Kant. Desde a ação auto interessada até a ação realizada por ignorância, todas podem receber seu devido valor moral. O princípio não deixa dúvidas: as ações são boas na medida em que conduzem ao prazer e evitam a dor para o maior número possível de pessoas. Um ato, mesmo que realizado com interesse egoísta, se produz algo de bom, não deve ser julgado como imoral. O mesmo vale para ações tomadas devido à sensibilidade. Além disso, o

3 Cf. MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Tradução de Ricardo Rodrigues. São Paulo: Hunter editora, 2014. Pp 98.

princípio utilitarista é muito efetivo para auxiliar-nos na escolha entre rumos alternativos de ação. A escolha certa, mais uma vez, é aquela que promove o prazer e evita a dor. Para tanto, é necessário se atentar às particularidades da situação em que se encontra e empreender um cálculo dos possíveis resultados das ações alternativas.

Por tudo isso, fica evidente a contraposição do utilitarismo à filosofia moral kantiana. Percebemos claramente o descontentamento dos filósofos utilitaristas, sobretudo Mill, com o formalismo kantiano. Desse descontentamento surge uma alternativa positiva, isto é, a procura e a fixação de um novo princípio supremo da moralidade, a fim de resgatar o caráter prático da ética. Esse princípio, de fato, assegura uma coerência prática muito maior no momento de decisão e avaliação moral. Entretanto, para alguns filósofos modernos, o utilitarismo ainda apresenta inúmeros problemas estruturais. Nesse artigo, analisaremos a crítica de Alasdair MacIntyre ao utilitarismo. Veremos que, para o filósofo, a teoria utilitarista falhou no que inicialmente se propôs, isto é, em conferir uma resposta adequada aos problemas deixados em aberto por Kant. Para tanto, examinaremos agora a leitura feita por MacIntyre à ética kantiana para, em seguida, determo-nos em sua crítica ao utilitarismo.

3 A PROPOSTA DE MACINTYRE E SUA DIFERENÇA ESTRUTURAL EM RELAÇÃO AO UTILITARISMO.

Nessa seção temos por objetivo apresentar a avaliação de MacIntyre da filosofia de Kant, ressaltando sua diferença estrutural em relação às críticas operadas pelos utilitaristas. Por meio dessa análise nos será possível, em seguida, situar com precisão as ponderações feitas por MacIntyre ao projeto ético do utilitarismo.

Nosso primeiro passo na consecução desse propósito é esclarecer os pressupostos teóricos das avaliações de MacIntyre. Todo o pensamento macintyriano pode ser traduzido no esforço de resgatar o tratamento histórico das questões morais. Para o filósofo, um dos grandes problemas das teorias morais contemporâneas é o constante tratamento ahistórico da moralidade, isto é, a tentativa de compreender conceitos e teorias morais prescindindo da avaliação do horizonte histórico-social no qual foram formados. Essa desvinculação da moralidade das tradições históricas e culturais é fruto, segundo MacIntyre, do *projeto iluminista de justificar a moralidade*, no qual um dos maiores expoentes é Kant.

O projeto do Iluminismo pode ser descrito como a tentativa de se conferir uma justificativa racional para a moral, totalmente independente das tradições e de qualquer horizonte teleológico. Ora, Kant é, certamente, uma das mentes mais ilustres que se empenhou nesse projeto. Entretanto, como mostramos acima, a filosofia de Kant não logrou êxito total, relegando aos pensadores futuros inúmeros problemas. De acordo com MacIntyre, o projeto iluminista de justificação da moral falhou por completo, e não poderia ser diferente. No entanto, essa falha não decorre da falta de habilidade de Kant e de seus pares iluministas na construção de argumentos sólidos. Na verdade, o fracasso tem uma origem bem diferente,

pois é resultante das circunstâncias históricas nas quais esses pensadores elaboraram as teorias.

São duas as características partilhadas pelos pensadores iluministas, às quais conduziram ao fracasso da tentativa de conferir à moral uma justificação racional. A primeira é a herança cristã dos preceitos morais. Apesar de não admitirem, os pensadores da Ilustração são fortemente influenciados pelo passado cristão, do qual recebem boa parte de seus preceitos morais. A segunda diz respeito à justificação racional da moralidade. Para todos eles, uma justificativa racional deve seguir validamente as regras lógicas, passando das premissas à conclusões válidas. Essas premissas apresentavam uma determinada característica da natureza humana, e as conclusões deveriam, por sua vez, apresentar os preceitos e normas morais que validamente decorriam dessas premissas.

Entretanto, todo o projeto edificado sobre essas bases estava, inexoravelmente, condenado ao fracasso. Podemos enxergar claramente isso quando tratamos da filosofia de Kant. Como vimos, na ética kantiana há uma contradição entre a natureza humana e os preceitos éticos. Mais precisamente, só há ação ética na medida em que contrariamos a natureza sensível do homem e nos portamos tão somente pelos ditames da razão. O problema, aqui apontado por MacIntyre, consiste em uma discrepância inerradicável entre o conceito de regras e preceitos morais e o conceito de natureza humana, feita para discordar dessas regras. Tal discrepância surge a partir do abandono do esquema teleológico, até então vigente na ética clássica e medieval, no qual era possível passar validamente da concepção de uma natureza humana em estado bruto para uma concepção de natureza humana realizada, passagem essa mediada pela ética.

Dito em linhas gerais, esse esquema teleológico era composto por três elementos intimamente articulados, a saber, uma concepção de natureza humana em estado bruto; uma concepção de preceitos de uma ética racional; uma concepção de natureza humana como seria se realizasse seu *telos*. Assim, o esquema teleológico assegurava a coerência dos conceitos morais justamente porque a ética era situada como momento mediador da passagem do estado bruto ao estado de realização humana. Ora, ao abandonar toda compreensão de um fim para a vida do homem, operou-se uma profunda alteração no caráter dos conceitos e juízos morais, aos quais não poderiam exercer seus papéis mediadores.

Nesse esquema teleológico, vale dizer, os preceitos morais nos ensinavam como passar da potência ao ato, como descobrir nossa verdadeira natureza e alcançar nosso fim. Eles possuíam, portanto, um estatuto factual. Os juízos morais, dessa forma, eram tratados como questões de fato e, por isso, podiam ser avaliados racionalmente como verdadeiros ou falsos, corretos ou incorretos. Entretanto, ao renunciar toda concepção de um fim autêntico para a vida do homem, os juízos e conceitos morais não poderiam mais desempenhar um papel mediador e, por isso, são destituídos de seu caráter factual. Assim, a partir desse abandono da teleologia surge um novo esquema moral, composto por dois elementos remanescentes do antigo esquema, cujas relações tornaram-se obscurecidas. Temos, por um lado, uma certa

visão de natureza humana. Por outro lado, igualmente temos uma certa compreensão do que são normas e preceitos morais. Porém, sem uma noção do fim para o homem, essas normas não poderão ser justificadas na concepção de uma natureza humana, mudando significativamente de caráter.

O fracasso dos filósofos da Ilustração, portanto, é fruto de uma deficiência em compreensão histórica. De fato, esses filósofos morais, sobretudo Kant, não puderam reconhecer o caráter impossível da tarefa que se auto atribuíam justamente por lhes faltar uma compreensão histórica, isto é, por não se perceberem herdeiros de um esquema moral fragmentado, cujas relações internas de seus elementos encontravam-se desarticuladas. Kant, por exemplo, procurava fundamentar a moral em um princípio totalmente independente da natureza humana. Esse princípio, por apresentar uma necessidade absoluta e incondicionada, deveria coagir e determinar a vontade. Logo, os preceitos morais estavam, também em Kant, dispostos de maneira a contradizer sua compreensão de natureza humana.

Por todo o exposto, podemos perceber claramente quão distinta é a perspectiva de MacIntyre em relação à dos utilitaristas. MacIntyre, diferentemente dos filósofos do utilitarismo, tem uma atenção especial aos elementos históricos das questões morais. Para ele, é insuficiente tratar a filosofia moral como disciplina isolada, independente da história das crenças e vivências morais. Isso quer dizer que não podemos responder coerentemente desafios morais de um ponto de vista unicamente teórico. É necessário realizar uma cuidadosa avaliação dos fatores que conduziram às alterações morais para produzir respostas coerentes. Dito isso, podemos compreender com precisão as críticas de MacIntyre ao projeto do utilitarismo.

De acordo com o filósofo, com o abandono do esquema teológico e com a consequente alteração no caráter dos conceitos morais, surge um contexto de confusão da linguagem moral. Diante de tal contexto, aparecem propostas alternativas de resgate de um horizonte de coerência para a moral. Uma das propostas mais sólidas foi, sem dúvida, o projeto do utilitarismo de conferir uma nova teleologia para os conceitos e normas morais, a fim de garantir-lhes novamente uma consistência. Nesse ponto, as afirmações originais de Bentham revelam uma profunda percepção da natureza e da extensão dos problemas de sua época. Entretanto, assim, como os demais filósofos de seu tempo, Bentham não foi capaz de explicitar tais problemas e sua filosofia, portanto, não se tornou apta a resolvê-los.

De fato, a compreensão de natureza humana proposta por Bentham, fundada a partir de uma psicologia inovadora, permite a atribuição de um novo status para as normas morais. Entretanto, o próprio Bentham não pensava que ele estava aduzindo uma nova forma de compreensão dos conceitos e normas morais. Para ele, a sua tarefa caminhava muito mais no sentido de uma desmistificação da moral, até então carregada de superstições. Somente quando compreendemos que as únicas motivações da ação humana é a busca de prazer e a aversão a dor é que poderíamos caminhar na direção de uma moralidade esclarecida, para a qual a maximização do prazer e a minimização da dor constituísse um fim. Ora, como podemos ver claramente, para Bentham essa nova teleologia proposta por ele não é algo inédito,

mas condição natural da moralidade que, por muito tempo, permaneceu obscurecida por inúmeras crenças de caráter supersticioso. Já, nesse ponto, podemos perceber um dos motivos da crítica macintyriana ao utilitarismo, isto é, seu modo fundamentalmente a histórico de tratar as questões morais.

Somado a esse motivo, MacIntyre salienta que a proposta de Bentham de um novo *telos* para as ações morais revelou-se claramente insuficiente para resgatar o horizonte de coerência para a moral. Tal insuficiência decorreria da concepção nitidamente estreita da natureza dos prazeres e das dores apresentada pelo filósofo. Segundo Bentham, as sensações prazerosas ou dolorosas variam apenas quantitativamente. Não há qualquer distinção qualitativa entre variados tipos de prazeres ou de dores. Esse ponto, em nosso entender, é digno de nota porque os próprios utilitaristas sucessores de Bentham consideraram tal visão sobre os prazeres e as dores uma das principais fontes de incompreensões da corrente utilitarista.

É dentro desse contexto que surge, então, um dos mais brilhantes filósofos utilitaristas de todos os tempos, John Stuart Mill. Em sua filosofia, Mill concluiu que o conceito de felicidade benthamista não poderia se constituir como um autêntico *telos* para a vida humana e, portanto, precisava de uma reforma. Era preciso distinguir cuidadosamente entre prazeres inferiores e prazeres superiores. Para Mill, os prazeres superiores são qualitativamente melhores e, portanto, preferíveis em relação aos prazeres inferiores. Mesmo uma quantidade maior de prazeres inferiores não se torna preferível a uma quantidade menor de prazeres superiores, tão somente devido a sua natureza. Desse modo, ao estabelecer essa distinção, Mill complexifica significativamente o conceito de felicidade proposto por Bentham.

Contudo, o resultado dessa complexificação foi afirmar, paradoxalmente, que a noção de felicidade pautada na maximização do prazer e minimização da dor não pode nos proporcionar um critério para nossas escolhas fundamentais. Ora, como pode ser possível orientar futuras escolhas tendo como base a perspectiva do futuro prazer ou da futura felicidade se há uma pluralidade de prazeres e modos de alcançar a felicidade? Por exemplo, a felicidade característica do modo de vida da clausura não é a mesma felicidade que pertence tipicamente a vida militar. Os prazeres inerentes a essas duas formas de vida igualmente devem ser tratados como bem diversos um do outro. Assim, podemos dizer que prazeres diferentes e felicidades distintas são, em grande parte, incomensuráveis, isto é, não existem escalas de quantidade ou qualidade para avalia-los. Consequentemente, apelar aos critérios do prazer e da felicidade não nos auxiliará na tomada de decisão nessas situações.

Desse modo, para MacIntyre, os conceitos de prazer e felicidade propostos pelo utilitarismo não podem resolver o problema da ação no caso de cada indivíduo. Por conseguinte, a ideia da maior felicidade para o maior número de pessoas é uma ideia sem nenhum conteúdo claro, aberta para uma série de usos ideológicos. Assim, quando se depara com o uso dessa ideia na vida prática, é sempre necessário se perguntar qual projeto ou finalidade está sendo ocultada por ela. MacIntyre, nesse ponto reconhece que muito desses usos ideológicos foram

realizados à serviço do bem da sociedade. Mas, segundo o filósofo, isso não torna a ideia menos problemática.

CONCLUSÃO

Por tudo o que foi apresentado, podemos perceber claramente a profundidade da crítica macintyriana ao utilitarismo. MacIntyre, é claro, não desqualifica a filosofia do utilitarismo. Ele, ao contrário, busca descrevê-la como uma teoria historicamente justificada, legítima em seu projeto. Entretanto, MacIntyre é extremamente cauteloso ao afirmar a teoria utilitarista como uma alternativa moral, uma vez que ela pode mascarar diversos usos ideológicos que deturpam suas genuínas intenções. Essas críticas de MacIntyre ao utilitarismo foram, como afirmamos no início, alvo de várias incompreensões. Nosso objetivo, portanto, consistiu em depurá-las, a fim de mostrar sua pertinência filosófica. Esperamos que, ao fim desse percurso, tenhamos colaborado para uma interpretação mais coerente das críticas macintyrianas ao utilitarismo, no intento de permitir um diálogo fecundo entre seus defensores.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Helder. *Tradição e racionalidade na filosofia de Alasdair MacIntyre*. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

KANT. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KELLY, Paul. MacIntyre critique of utilitarianism. In: HORTON, John; MENDUS, Susan. *After MacIntyre. Critical Perspectives on the work of Alasdair MacIntyre*. Indiana: University of Notre Dame Press, 1994. Pp 127-145

MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Tradução de Ricardo Rodrigues. São Paulo: Hunter Books, 2014.